

Análise do uso da conduta justificativa e explicativa na narrativa oral de pré-escolares

Beatriz Lopes Porto Verzolla; Selma Mie Isotani; Jacy Perissinoto

Palavras-chave: explicação-justificação; linguagem infantil; narrativas

Introdução: Os adultos têm papel importante no desenvolvimento da linguagem das crianças, na medida em que promovem condições favoráveis à estimulação, que pode ser feita por meio da narrativa de histórias de assuntos interessantes, seguida de perguntas abertas sobre a história que está sendo lida ⁽¹⁾. A conduta justificativa e explicativa (CJE) apresenta-se como uma utilização da linguagem que visa à ação sobre os estados internos de seu interlocutor ⁽²⁾. Durante a compreensão de histórias, a teoria da mente pode ser usada para inferir os estados mentais dos personagens ⁽³⁾.

Objetivo: Verificar uso da conduta justificativa e explicativa na narrativa oral de pré-escolares antes e após estimulação.

Método: Este estudo foi realizado em parceria com o “Programa de Integração Universidade Escola: Fonoaudiologia Escolar” e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº 0204/09). Foram analisadas as narrativas orais de 58 pré-escolares entre 5 e 6 anos de idade. O estudo foi desenvolvido em três etapas: 1. Etapa pré-estimulação (Momento 1): os pré-escolares produziram uma primeira narrativa autônoma a partir da sequência lógico-temporal de 5 figuras e 8 ações analisáveis, que formam a história “A pedra no caminho” ⁽⁴⁾; em seguida, foram submetidos à tutela do adulto e produziram uma segunda narrativa autônoma. Ambas as narrativas autônomas foram gravadas e transcritas para análise; 2. Etapa de estimulação: realizou-se, durante dez semanas, a leitura de dez diferentes histórias infantis ⁽⁵⁾, selecionadas em conjunto com professores e orientadores da escola, em parceria com os setores da Fonoaudiologia e da Educação; 3. Etapa pós-estimulação (Momento 2): o procedimento foi o mesmo realizado na primeira etapa.

Os eventos contidos na história foram analisados segundo a ocorrência de eventos centrais e secundários ⁽⁶⁾. A CJE foi classificada segundo causas físicas, regras morais/sociais e estado interno ⁽⁷⁾. A expressão e a retificação de falsas crenças foram analisadas por meio da ocorrência da CJE de estado interno, que permite a resolução do mal-entendido presente na história.

Método estatístico: Para a análise estatística, foram utilizados: o teste de análise de variância com medidas repetidas em dois fatores de repetição, o teste de Bonferroni,

Equação de Estimação Generalizada e o teste não paramétrico de Friedman, adotando para todos nível de significância de 5%.

Resultados comentados: Para a análise dos resultados foi considerada a presença de efeito de tempo (Momento 1 e Momento 2), efeito de estímulo (antes e após tutela) e efeito de interação (diferença em determinada situação). Considerando os eventos centrais, foram encontrados os três efeitos (Tabela 1). Foi encontrada diferença estatisticamente significativa no aumento da ocorrência de eventos centrais comparando-se os dois momentos, independente da tutela, antes da tutela ($p < 0,001$) e depois da tutela (0,041), e antes e após tutela, independente do momento, momento1 ($< 0,001$) e momento 2 ($p = 0,014$).

Tabela 1: Análise dos efeitos de tempo, estímulo e interação antes e após estimulação e tutela nos eventos centrais

	<i>Momento 1 – antes da tutela</i>	<i>Momento 1 – Após a tutela</i>	<i>Momento 2 – antes da tutela</i>	<i>Momento 2 – após a tutela</i>
N	58	58	58	58
Média	2,33	3,31	3,22	3,72
Mediana	2	3	3	4
desvio padrão	0,89	1,06	1,17	1,07
mínimo	0	0	0	1
máximo	5	5	5	5

Efeito de tempo: $p < 0,001$ Efeito de estímulo: $p < 0,001$ Efeito de interação: $p = 0,005$

(Teste estatístico: Análise de Variância com Medidas Repetidas em dois fatores de repetição - p -valor $< 0,05$)

Para os eventos secundários, foi encontrado efeito de interação (Tabela 2), com diferença estatística apenas para a situação antes da tutela em ambos os momentos ($p = 0,008$). Na comparação antes e após a tutela, não foram encontradas diferenças estatísticas para os dois momentos ($p = 0,201$ e $p = 0,146$ respectivamente momento 1 e 2), apontando para um decréscimo da ocorrência de eventos secundários após a tutela.

Tabela 2: Análise dos efeitos de tempo, estímulo e interação antes e após estimulação e tutela nos eventos secundários

	<i>Momento 1 – antes da tutela</i>	<i>Momento 1 – após a tutela</i>	<i>Momento 2 – antes da tutela</i>	<i>Momento 2 – após a tutela</i>
N	58	58	58	58
Média	1,62	1,78	1,93	1,79
Mediana	1,5	2	2	2
desvio padrão	0,83	0,68	0,67	0,64
mínimo	0	1	1	1
máximo	3	3	3	3

Efeito de tempo: $p = 0,068$ Efeito de estímulo: $p = 0,915$ Efeito de interação: $p = 0,046$

(*Teste estatístico: Análise de Variância com Medidas Repetidas em dois fatores de repetição - p-valor <0,05*)

Os resultados apontam efeito imediato e a longo prazo da tutela. O aumento da ocorrência de eventos centrais, com redução dos eventos secundários sugere que, após tutela, os pré-escolares dirigem sua atenção aos eventos mais relevantes para o entendimento da história ⁽⁸⁾.

Na análise do uso da CJE, não foram observadas diferenças estatísticas para as justificativas físicas (efeito de tempo $p=0,782$, efeito de estímulo $p = 0,160$, efeito de interação: $p = 0,892$) e de estado interno (efeito de tempo $p = 0,345$, efeito de estímulo $p = 0,247$, efeito de interação $p= 0,096$), apesar de os percentuais sugerirem diferença entre os dois momentos e na comparação antes e após tutela. Não foi encontrada diferença estatística para a CJE baseada em regras sociais/ morais, sem diferenças percentuais ($p=0,532$). Esses resultados podem ser explicados, pois as crianças em idade pré-escolar ainda não são capazes de relacionar ações entre os personagens e estabelecer relações de causa/efeito do tipo intencional, apesar de atribuírem estados mentais a si e a outras pessoas. Os pré-escolares iniciam a compreensão de que estados mentais existem, tais como intenções, vontades, conhecimentos e crenças, influenciam os comportamentos dos indivíduos e que podem ser diferentes entre esses mesmos indivíduos. Assim como em estudos anteriores, no presente estudo também foi possível observar a narrativa autônoma encadeada por uma seqüência de fatos, mas sem a preocupação com uma ação que conduza a resolução do conflito ⁽⁶⁾.

As histórias infantis utilizadas para estimulação podem não ter valorizado os aspectos de justificações e atribuições de estados mentais, em que não são fornecidas somente causas ou razões sobre os fenômenos, mas também as relações justificativas, incluindo razões ou motivações psicológicas do dizer, da ação ou de atos comunicativos em geral, devido à baixa ocorrência de referências a estados mentais em livros brasileiros indicados para pré-escolares ⁽⁹⁾.

Conclusões: Tanto a tutela quanto a estimulação com histórias infantis contribuíram para o aumento da ocorrência de eventos nas narrativas autônomas, com valorização dos eventos centrais em relação aos secundários. Não foram encontradas diferenças estatísticas na ocorrência da CJE para resolução do mal entendido contido nos eventos, mas os resultados percentuais sugerem aumento da ocorrência da mesma, principalmente após a tutela.

Referências bibliográficas:

1. Papalia, DE; Olds, SW; Feldman, RD. Desenvolvimento Humano. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 213-223.
2. Veneziano, E ; Hudelot, C. Développement des compétences pragmatiques et théorie de l'esprit chez l'enfant: le cas de l'explication. In : Bernicot, J. Et al. Pragmatique et psychologie Presses Universitaires de Nancy, 2002. p. 215-236.
3. Mata, FG; Silva, JBL; Haase, VG. Narrativas: abordagens cognitivas e neuropsicológicas da análise da produção e compreensão. Mosaico: estudos em psicologia. Belo Horizonte: 2007. 1(1). p. 51-59.
4. Furnari, E. A Pedra no Caminho. In: Furnari, E. Esconde-esconde. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988. p. 2-3.
5. Silva, TZ; Isotani, SM; Perissinoto, J. A Narrativa de Histórias Infantis como Recurso para o Desenvolvimento de Linguagem e Fala em Pré-Escolares. In: 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2006, Florianópolis. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2006.
6. Melo, LE. Compreensão e Produção na Criança. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Unicsul, 2005. p. 19-30.
7. Melo, LE; Mackay, APG; Cabral, ALT, Marquesi, S; Perissinoto, J. Produção de narrativa oral na criança In: TEP - Textos em Psicolinguística. 1ª ed. Pelotas: Educat, 2006.
8. Silva, TZ; Isotani, SM; Perissinoto, J. Narrativa oral de pré-escolares pré e pós estimulação de linguagem. In: 16º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, 2008, Campos de Jordão - SP. Suplemento Especial da Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2008. p. 1073.
9. Rodrigues, MC; Rubac, JS. Histórias infantis: um recurso para a compreensão dos estados mentais. Estudos de Psicologia. Campinas: 2008. 13(1). p. 31-37.